



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE AQUIDABÃ

CONTRATO Nº 06/2019

TERMO DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE AQUIDABÃ, E A EMPRESA L L LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA, NA FORMA A SEGUIR:

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE AQUIDABÃ, inscrita no CNPJ sob nº 00.864.867/0001-95, localizada à Av. Eduardo Chaves, nº 147 - Centro, nesta Cidade de Aquidabã, Estado de Sergipe, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pela Presidente a Sr^a. SANDRA MENESES DOS SANTOS, infra-assinado e a empresa LL LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA. doravante denominada CONTRATADA, pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de sociedade Empresária Limitada, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.540.771/0001-22, Insc. Mun. 063.109-9 com sede na Rua Rio Grande do Sul, nº 811, Siqueira Campos - Fone 3241-3107 / 99967-5913 - E-mail: lllocadora@bol.com.br, CEP 49.075-510 na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe neste ato representada por JORGE LUIS LIMA adiante firmado, consoante os termos do que integra este ajuste, fazem-se presentes, para o fim especial de celebrarem o presente instrumento, nos termos da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, atualizada e consolidada pela Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, e pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, tendo em vista o que consta do PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2018/PMS-SRP, e as cláusulas e condições a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente contrato, decorrente da Ata de Registro de Preços no. 06/2018, tem por objeto o serviço do item abaixo indicado, o qual deverá observar o padrão de qualidade exigido no Instrumento Convocatório correspondente (Edital de Pregão n.º 06/2018 e seus anexos), que passam a fazer parte deste contrato, juntamente com a documentação e propostas de preços apresentadas pelas licitantes classificadas em primeiro lugar por item, conforme consta nos autos do Processo em tela.

Item - Especificações

Nº	Descrição	Marca	Unidade	Qtd	Preço Unit. R\$	Total R\$
03	Locação de Veículo tipo EXECUTIVO SEDAN, motor 1.8, com capacidade de 05 (cinco) passageiros, movido a gasolina/álcool, com ar condicionado, com películas autorizadas pelo CNT, ano de fabricação/modelo não inferior a 2013, com COMBUSTÍVEL e MOTORISTA por conta de CONTRATANTE, com franquias de quilometragem.	TOYOTA/COROLLA	Und	1	4.100,00	49.200,00

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

A vigência do Contrato decorrente deste Termo será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato resumido no Diário Oficial do Município, podendo ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, por iguais e sucessivos períodos, observado o interesse público e a critério da PMS, em conformidade com o Art. 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93, com alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO(S) LOCAL(IS) E PRAZOS(S) DE ATENDIMENTO



**ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE AQUIDABÃ**

Fl 243
F

Os serviços deverão ser fornecidos, em conformidade com a solicitação dos órgãos participantes, no prazo de até 24 horas, contados a partir da emissão do empenho e assinatura do contrato.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

São obrigações do CONTRATADO:

- I - Disponibilizar os veículos solicitados no prazo máximo de 24 (vinte e quatro horas), após recebimento da ordem serviço;
- II - Fornecer os veículos em perfeito estado quanto à parte elétrica, estofamento, funilaria, limpeza, pintura e mecânica, quanto à conservação dos pneus, freios e faróis, podendo ser os veículos rejeitados em qualquer ocasião se não forem atendidas todas as exigências;
- III - Proceder à manutenção e conservação dos veículos, troca de óleos lubrificantes, seguros, sinistros ocorridos com o veículo e demais despesas aqui não expressamente mencionadas, inclusive multas de posturas ou de trânsito, sem quaisquer ônus para a Contratante;
- IV - Obedecer e cumprir fielmente todas as disposições legais e regulamentares relativas aos veículos, de modo a evitar, por parte das autoridades de trânsito qualquer impedimento à sua regular utilização;
- V - Substituir imediatamente o seu funcionário a pedido da CONTRATANTE, sendo desnecessária a declaração do motivo solicitado;
- VI - Fornecer crachás de identificação aos seus motoristas, conforme o caso, sem ônus para a CONTRATANTE, sendo obrigatório o uso no período da prestação de serviços, sendo vedada qualquer similaridade com a empresa contratante;
- VII - Os motoristas dos veículos, conforme o caso deverá apresentar-se devidamente trajados e com os veículos devidamente abastecidos no local e horário pré-estabelecidos, sendo que a sua dispensa ao final do serviço, somente ocorrerá com autorização da CONTRATANTE;
- VIII - A CONTRATADA se obriga a socorrer o veículo que apresentar defeito ou sofrer acidente, consertando-o no próprio local, quando possível, ou então substituí-lo de imediato a critério da fiscalização da Unidade Requisitante;
- IX - No caso de ocorrência de apreensão ou remoção de algum veículo as despesas decorrentes da retirada, guincho e outras, correrão por conta da CONTRATADA, sem prejuízo da suposta substituição;
- X - Obriga-se a CONTRATADA a substituir, durante a vigência desta Ata, os veículos que ultrapassarem os anos máximos de utilização contados a partir do ano de sua fabricação;
- XI - Nos casos de revisões originais de fábrica, qualquer defeito ou avaria do veículo, que impeça o andamento dos serviços a contento, o mesmo deverá ser imediatamente substituído dos serviços, durante o tempo necessário aos reparos. Poderá ser aceito nesta eventualidade, um veículo similar e em perfeito estado de conservação, por tempo limitado para as providências da substituição;



**ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE AQUIDABÃ**

XII - A CONTRATADA arcará com todos os custos adivinhos de qualquer sinistro ocorrido com os veículos locados, danos materiais e morais causados a terceiros e as passageiros e também em razão de colisão, incêndio, roubos e demais riscos;

XIII - A CONTRATADA será responsável pela segurança do trabalho de seus funcionários e pelos atos por eles praticados;

XIV - A CONTRATADA deverá manter contato com a CONTRATANTE, a quem caberá o acompanhamento e as providências administrativas ligadas à execução contratual;

XV - São de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais) bem como todos os demais encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários e comerciais decorrentes da execução do presente ajuste, sem qualquer direito a reembolsar por parte do CONTRATANTE;

XVI - Durante as locações, quando houver a necessidades de despesas de alimentação, estas correrão por conta da CONTRATADA;

XVII - Aceitar os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo inicial contratado, observando-se o limite estabelecido na Lei nº 8.666/93;

XVIII - Manter, durante toda vigência da Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do Art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, que será observado, quando dos pagamentos à detentora do preço registrado. A não apresentação da certidão negativa, devidamente atualizada, ensejará a suspensão do respectivo pagamento até regularização da ocorrência;

PARÁGRAFO ÚNICO - Em qualquer das hipóteses, a CONTRATADA, quando da solicitação por parte do CONTRATANTE, deverá:

I - Comprovar a propriedade ou posse, mediante contrato de locação ou contrato de arrendamento mercantil (leasing) dos veículos objeto do ajuste, em seu nome;

II - Apresentar a quitação do seguro obrigatório e do licenciamento de cada veículo, e as respectivas apólices de seguro de acidentes pessoais;

III - Apresentar relação dos motoristas/operadores que executarão os trabalhos, acompanhada de cópia das respectivas carteiras nacionais de habilitação (CNH), na categoria condizente com a prestação do serviço, conforme o caso.

IV - Substituir qualquer empregado que apresente comportamento incompatível na prestação dos serviços, ou quando verificada a falta de zelo e dedicação na execução das tarefas, objeto deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O CONTRATANTE e/ou órgãos participantes obriga-se a:

I - Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta Ata e no Edital;

II - Diligenciar para que a CONTRATADA obtenha todas as facilidades e livre acesso às suas dependências para a boa execução dos serviços objeto deste contrato;

III - Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

PARÁGRAFO ÚNICO - FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: A CONTRATANTE

F1 144
S



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE AQUIDABÃ

irá indicar colaborador para fiscalizar a execução da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS a ser assinada. Ao fiscal da Ata de Registro de Preços caberá:

I - Receber as solicitações para locações dos veículos das áreas do CONTRATANTE, e encaminhá-las para a Contratada;

II - Receber a documentação de pagamento dos serviços prestados e averiguar as condições de aceite da documentação e encaminhá-la à área responsável;

III - Receber reclamações sobre falhas da contratante na execução da Ata;

IV - Comunicar formalmente ao Setor de Compras e Contratos sobre possíveis falhas ou descumprimento de obrigações por parte da contratada, solicitando inclusive a instauração de processos administrativos para aplicação de penalidades.

CLÁUSULA SEXTA: DO PAGAMENTO

O CONTRATANTE e/ou órgãos participantes efetuarão o pagamento à Contratada, através de crédito em conta corrente mantida pela Contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias depois da entrega do objeto licitado que forem solicitados, contados a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa, acompanhada do correspondente Contrato de Prestação de Serviços, com o respectivo ateste da unidade responsável pelo recebimento, de que o fornecimento foi realizado a contento.

Parágrafo Primeiro - Caso seja constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/fatura, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para o pagamento da data da sua reapresentação;

Parágrafo Segundo - Para fazer jus ao pagamento, a Contratada deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Débitos Trabalhistas, o FGTS, através do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) da sede da Contratada;

Parágrafo Terceiro - Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

Parágrafo Quarto - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

Parágrafo Quinto - Os preços serão fixos e irrevogáveis, salvo o disposto na Cláusula Décima da Ata de Registro de Preços;

Parágrafo Sexto - No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor mencionado no "caput" desta Cláusula, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do período compreendido entre a data final do adimplemento e a do efetivo pagamento;

Parágrafo Sétimo - Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Fl. 145
400



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE AQUIDABÃ

F1 JUG

7.1. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a adjudicatária ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, pela inexecução parcial ou total das obrigações, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

7.1.1. **Advertência:** comunicação formal à CONTRATADA, advertindo-a sobre o descumprimento de cláusulas contratuais e outras obrigações assumidas, e, conforme o caso, em que se confere prazo para a adoção das medidas corretivas cabíveis.

7.1.2. **Multa:** observados os seguintes limites máximos:

7.1.2.1. 1 % (um por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do ajuste, limitado a 30% (trinta por cento) do valor do ajuste.

7.1.2.2. 10 % (dez por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida, com o conseqüente cancelamento da nota de empenho ou documento equivalente e rescisão contratual.

7.1.2.3. Até 20 % (vinte por cento) nos demais.

7.1.3. **Suspensão temporária** de participação em licitação e **impedimento de contratar** com a Administração Municipal, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

7.1.4. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

7.2. O valor da multa aplicada, nos termos do item 7.1. e subitens, será descontado do valor da garantia prestada, retido dos pagamentos devidos pela Administração ou cobrado judicialmente, sendo corrigida monetariamente, de conformidade com a variação do IPCA, a partir do termo inicial, até a data do efetivo recolhimento.

7.3. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções restritivas de direitos constantes deste Contrato.

7.4. A contagem do período de atraso na execução dos ajustes será realizada a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

7.5. A suspensão temporária impedirá CONTRATADA de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal pelos seguintes prazos:

7.5.1. 6 (seis) meses, nos casos de:

7.5.1.1. Aplicação de duas penas de advertência, no prazo de 12 meses, sem que a CONTRATADA tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração.

7.5.1.2. Alteração da quantidade ou qualidade dos produtos fornecidos.

7.5.2. 12 (doze) meses, nos casos de:

7.5.2.1. Retardamento imotivado da execução do fornecimento dos produtos.



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE AQUIDABÃ

7.5.3. 24 (vinte e quatro) meses, nos casos de:

7.5.3.1. Entregar como verdadeiros materiais falsificados, adulterados, deteriorados, violados, vencidos ou danificados.

7.5.3.2. Paralisar o fornecimento dos materiais sem justa fundamentação e prévia comunicação à Administração.

7.5.3.3. Praticar ato ilícito visando a frustrar os objetivos do contrato no âmbito da Administração Pública Municipal.

7.5.3.4. Sofrer condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo.

7.6. Será declarada inidônea, ficando impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, por tempo indeterminado, a licitante ou contratada que:

7.6.1. Não regularizar a inadimplência contratual nos prazos estipulados no item 7.5.;

7.6.2. Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de ato ilícito praticado.

7.7. À licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, será aplicada penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município por prazo não superior a 5 (cinco) anos, sendo descredenciado do Sistema de Cadastro de Fornecedores do Município, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

7.8. Se o motivo da inexecução das obrigações ocorrer por comprovado impedimento ou de reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, a contratada ficará isenta das penalidades mencionadas.

7.9. Ocorrendo qualquer possibilidade de se exceder o limite percentual previsto no item 7.1.2.1., essa situação consistirá em motivo para que a Administração rescinda unilateralmente o contrato, independentemente da aplicação das outras penalidades previstas no item 7.1. e seus subitens.

7.10. As sanções previstas no item 7.1. e subitens poderão ser aplicadas simultaneamente, facultada a defesa prévia da interessada no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias.

7.11. Pela recusa injustificada da licitante em assinar o contrato e retirar a nota de empenho, ser-lhe-á aplicada multa de 10% (dez por cento) do valor global de sua Proposta de Preços Final, garantida a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA: DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS

São obrigações do Contratado:

I - Os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, custos e despesas que sejam devidos em decorrência direta ou indireta do presente contrato serão de responsabilidade do CONTRATADO;

II - O CONTRATADO declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, encargos trabalhistas e todas as

Fl. 147
8



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE AQUIDABÃ

despesas incidentes sobre a compra de material, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO

Entregues pela CONTRATADA os itens objetos da presente contratação, serão recebidos da seguinte forma:

- a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da sua conformidade com as especificações constantes instrumento convocatório.
- b) Definitivamente, a contar do recebimento provisório, para verificação da sua conformidade com as especificações constantes no instrumento convocatório, com conseqüente aceitação pela área competente.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em Lei ou regulamento, mediante formalização e assegurados o contraditório e a ampla defesa:

PARÁGRADO PRIMEIRO - Constituem motivos para a rescisão do contrato:

- a) inobservância ou inadimplência de quaisquer cláusulas ou condições do presente contrato;
- b) subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial dos serviços;
- c) Falência, recuperação judicial, insolvência, dissolução judicial ou extrajudicial, impetrada ou decretada.

PARÁGRADO SEGUNDO - Caso o CONTRATANTE não exerça o direito de rescindir o presente instrumento, na ocorrência dos eventos do parágrafo anterior, aos seu critério, poderá sustar o pagamento das faturas pendentes até qual a CONTRATADA cumpra integralmente as condições deste contrato.

PARÁGRADO TERCEIRO - Constitui ainda motivo para rescisão do presente instrumento, a infringência de quaisquer das normas/disposições do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

16.1. O presente Contrato poderá ser alterado, via termo aditivo, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas, nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993, com alterações posteriores;

16.2. Eventuais acréscimos ou supressões de fornecimento poderão ser autorizados pela Administração com observância das limitações legais impostas pelo § 1º do art. 65, da Lei nº 8.666/93, com alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes para a execução contratual correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

- UO: 01 - Câmara Municipal
- Ação: 2001 - Manutenção dos Serviços da Câmara
- Classificação Econômica: 3390.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
- Fonte de Recursos: 10010000

Fl 048
B

Fl 149



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE AQUIDABÃ

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA PUBLICAÇÃO

A publicação resumida do presente contrato na Imprensa Oficial será providenciada pela CONTRATANTE, nos termos do parágrafo único do art. 61, da Lei nº 8666/93, com alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

O presente Contrato vincula-se aos termos:

Do Edital do Pregão Presencial nº 06/2018 e seus Anexos;

Da proposta vencedora da **CONTRATADA**, os quais se constituem em parte integrante e indissolúvel deste instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA FACULDADE DE EXIGIBILIDADE

Fica estabelecido que, na hipótese da CONTRATANTE deixar de exigir da CONTRATADA qualquer condição deste contrato, tal faculdade não importará em novação, não se caracterizando como renúncia de exigi-la em oportunidades futuras.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO

18.1. Fica eleito o Foro da cidade de Aquidabã, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

E por estarem justas e concordantes, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

Aquidabã/SE, 09 de janeiro de 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DE AQUIDABÃ CONTRATANTE	L L LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA CONTRATADA
<i>Sandra M dos Santos</i> SANDRA MENESES DOS SANTOS PRESIDENTE DA CÂMARA DE AQUIDABÃ	<i>Jorge Luis Lima</i> JORGE LUIS LIMA SÓCIO ADMINISTRADOR OU PROCURADOR
<i>José Francisco de Santana</i> Assinatura 1. TESTEMUNHA	<i>Juliane Francisca de Jesus</i> Assinatura 2. TESTEMUNHA
Nome: CPF. nº	Nome: CPF. nº

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE SERGIPE

Fl 150

CARTÓRIO JOÃO BEZERRA



7º Ofício de Notas e Registro Civil de Pessoas Naturais

Bel^a. Enilene Maria Lima Bezerra

Tabeliã e Registradora

Deoclides Lima Bezerra

Tabelião Substituto

www.setimooficio.com.br - faleconosco@setimooficio.com.br

telefones (79) 3214-2243, 3214-9423 (FAX) 3224-8507

Rua Itabaiana, 106 - Centro - 49010-170

Aracaju - Sergipe - Brasil



Livro nº 390
Folha nº 198

PROCURAÇÃO QUE FAZ LL LOCADORA DE VEICULOS LTDA -, NA FORMA ABAIXO:

SAIBAM quantos este Público Instrumento de Procuração virem, que aos Vinte e cinco (25) dias do mês de **Maio** do ano dois mil e dez (2010), nesta cidade de Aracaju, Capital do Estado de Sergipe, em Cartório situado à Rua Itabaiana, nº 106, perante mim, Tabeliã, compareceu, **LL LOCADORA VEÍCULOS LTDA**, estabelecida na Rua Rio Grande do Sul, nº 811, bairro Siqueira Campos, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob nº 04.540.771/0001-22, representada neste ato pelo seu sócio, **JORGE LUIZ LIMA**, brasileiro, maior, capaz, solteiro, empresário, residente e domiciliado na Rua Pernambuco, nº 1006, Bairro Siqueira Campos, nesta Capital, portador de C.I. RG nº 1.107.446/SSP/SE, e do CPF nº 921.370.245-00, e **VERA LÚCIA PEREIRA DA SILVA LIMA**, brasileira, maior, capaz, casada, empresária, residente e domiciliada nesta Capital, portadora de C.I. RG nº 549.849/SSP/SE, e do CPF nº 503.552.605-49, reconhecida como a própria por mim, Tabeliã, de cuja identidade e capacidade jurídica, dou fé, e que por este instrumento, nomeia e constitui seu procurador, **JOSÉ CARLOS LIMA**, brasileiro, maior, capaz, casado, administrador,, residente e domiciliado na Rua Jornalista Fernando Sávio nº 347, bairro Inácio Barbosa, nesta Capital, portador de C.I. RG nº 319.375/SSP/SE, e do CPF nº 116.722.855-34, a quem confere os mais amplos poderes e podendo ser responsável, podendo comprar e vender mercadorias, efetuar cobranças amigáveis e judiciais, dando recibos e quitação, representá-lo perante, a **QUAISQUER ESTEBELECIMENTOS DE CREDITO BANCARIOS**, inclusive **BANCO DO BRASIL S/A, CAIXA ECONOMICA FEDERAL E BANCO DO ESTADO DE SERGIPE - BANESE**, nesta Capital, particulares ou privados, e quaisquer outros Estabelecimentos de Crédito Bancário, podendo abrir, movimentar e liquidar contas correntes, verificar saldos, emitir e endossar cheques, retirar talões de cheques, cartões magnéticos, senhas, autorizar débitos e/ou transferências por quaisquer meios, efetuar retiradas mediante recibos ou cheques avulsos, passar recibos, dar quitação, aceitar e endossar duplicatas e notas promissórias, descontar, caucionar e avalizar duplicatas, notas promissórias e Letras de Cambio, solicitar saldos e extratos de contas, representá-la perante a repartições públicas federais, estaduais, municipais, autarquias, Sociedade de Economia Mista, na Receita Federal, no Instituto Nacional de Seguridade Social, na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no Conselho de Contribuintes, no Comércio, na Indústria, Ministério do Trabalho, Junta Comercial, Secretaria da Fazenda, Sindicatos, Sociedades de Economia Mista, Paraestatais INCRA, FUNRURAL, INSS., SEBRAE/SE, DETRAN/SE, CREA/SE E COPASA, e ainda onde quer que com esta se apresente podendo juntar e retirar documentos, requerer e receber todas e quaisquer importâncias a que tiver direito, dando recibos e quitação, participar de concorrências públicas, cartas convites, licitações, pregões, apresentar e assinar propostas, acordar, concordar, discordar, contratar, fixar ordenados e dispensar empregados, representá-la em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, inclusive da Justiça do Trabalho, Junta Comercial, podendo requerer, recorrer, defender seus direitos e interesses, firmar acordos, assumir compromissos e

Emolumentos	FERD	Selo(s)	Guia (s) de Recolhimento	Selo(s) Aplicado(s)
30,00	6,00	0,07	170100004395	DA 002058186

AA 004005